



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,83% São Paulo	107.383 13/12 14/12 15/12 16/12	R\$ 1.100	Na quinta-feira R\$ 5,679 (-0,5%)	10/dezembro 5,614 13/dezembro 5,674 14/dezembro 5,694 15/dezembro 5,708	6,76%	9,15%	Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95

CONJUNTURA / Ministro da Economia pede oficialmente ao Congresso que reserve recursos no Orçamento da União do próximo ano para cumprir decisão de Bolsonaro de reestruturar determinadas carreiras do Poder Executivo

R\$ 2,8 bi para salários de policiais federais

» FERNANDA STRICKLAND

Sergio Lima/AFP

Os integrantes dos órgãos policiais do governo vão mesmo ter contracheques mais polpidos no ano que vem. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional recebeu ontem ofício do ministro da Economia, Paulo Guedes, solicitando que sejam reservados R\$ 2,8 bilhões no Orçamento de 2022 para reajustes salariais e reestruturação de carreiras de órgãos específicos da administração federal.

No documento, o ministro afirma que a quantia é necessária “tendo em vista a decisão do presidente da República quanto à reestruturação de determinadas carreiras do Poder Executivo Federal”. Guedes fala em reservar R\$ 2,5 bilhões para despesas primárias e outros R\$ 355 milhões para despesas financeiras, que não se sujeitam ao teto e seriam usados para bancar a contribuição da União ao regime previdenciário dos servidores.

“Corrigir injustiças”

Na última terça-feira, de olho nas eleições de 2022, o presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniu com o ministro da Justiça, Anderson Torres, o da Economia, Paulo Guedes, e dirigentes de órgãos policiais para discutir a reestruturação e o reajuste salarial das carreiras da segurança pública. Os membros das forças de segurança fazem parte de uma das principais bases de apoio político do presidente.

Bolsonaro afirmou que a reestruturação das carreiras é uma forma de “corrigir injustiças”. As mudanças deverão beneficiar integrantes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do



Paulo Guedes, com Bolsonaro: interesses eleitorais do presidente contemplados na proposta feita à Comissão de Orçamento

R\$ 11 bilhões

Custo estimado da reestruturação das carreiras policiais até 2024

Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Conforme estimativas da área econômica, o custo da reestruturação para os cofres públicos será de R\$ 2,8 bilhões apenas no primeiro ano. Até 2024 o total ficará em R\$ 11 bilhões.

Reajuste para poucos

Para especialistas em contas públicas, a decisão do governo de reforçar o contracheque dos policiais abre o flanco para pressões de outras categorias de servidores que, ao contrário

dos agentes de segurança, estão com os salários congelados há dois anos.

Para o ministro Paulo Guedes, no entanto, “não é oportuno” um reajuste salarial para todos os servidores públicos no ano que vem, de forma linear. “Se aproveita e generaliza aumento de salário para o Brasil inteiro, para o funcionalismo em geral, estadual, municipal e federal, você vai fragilizar as finanças de todo mundo de novo”, disse o ministro, na quarta-feira, em São Paulo, após participar de um evento com empresários.



Se generaliza aumento de salário para o funcionalismo em geral, você vai fragilizar as finanças de todo mundo de novo”

Paulo Guedes, ministro da Economia, ao negar a possibilidade de aumento para outras categorias

Aposentadorias: reajuste de 10%

» FERNANDA STRICKLAND
» GABRIELA CHABALGOITY*

As aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deverão receber uma correção próxima de 10% em janeiro. A estimativa leva em conta a previsão de aumento do Índice de Preços ao Consumidor (INPC) neste ano. O indicador é usado para atualizar os benefícios previdenciários e o salário mínimo, entre outros valores.

Segundo previsão da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, o INPC deverá subir 10,04% neste ano. Até novembro, a alta estava em 9,36%. Se a previsão se confirmar, o salário mínimo, em janeiro, passaria dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210,44. O mesmo percentual seria aplicado aos benefícios previdenciários, e o teto das aposentadorias pagas pelo INSS subiria de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.076,93.

Em documento de revisão do projeto da Lei Orçamentária Anual (Loa), enviado ao Congresso no último dia 9, porém, o governo estimou o valor do novo

salário mínimo em R\$ 1.210, ou seja, um reajuste de 10%. Seja como for, a correção, segundo especialistas, não vai representar um aumento real do poder de compra de quem ganha o mínimo ou dos beneficiários da Previdência, mas apenas a reposição dos valores corroídos pela inflação.

Os benefícios com reajuste começarão a ser pagos em 25 de janeiro, conforme calendário divulgado pelo INSS. Quem ganha um salário mínimo recebe primeiro, entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Já quem tem benefício maior terá o pagamento entre 1º e 7 de fevereiro, conforme o número final do cartão do INSS, sem o dígito verificador.

Defasagem

A advogada especialista em direito previdenciário Hanna Gomes observou que, “quanto maior a inflação, mais o Estado deve prover as necessidades básicas do cidadão”.

Para o advogado previdenciário Rogério Fontele, as aposentadorias não vêm sendo corrigidas

como deveriam. “Uma correção de 10% é razoável. No entanto, em anos anteriores não houve reajuste de acordo com a inflação real. Por isso a perda dos aposentados é bem maior do que o aumento previsto”, afirmou.

Apesar de esperar que o reajuste faça alguma diferença no bolso, o aposentado Kleber Carvalho disse achar difícil que seja algo muito impactante. “Infelizmente, não vai mudar muita coisa. O combustível subiu mais de 50%, por isso os 10% não cobrem esses aumentos, e a gente não consegue manter o mesmo estilo de vida”, lamentou.

Segundo o aposentado, outros gastos essenciais também sofrem aumentos que não devem ser compensados pela correção do INSS. “O plano de saúde subiu bem mais do que 10%, e não consigo manter o plano que tínhamos porque o valor está muito alto. Essa é a realidade de muitos amigos meus, que agora apelam para a saúde pública mesmo”, finalizou.

* Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Aposentados e pensionistas terão reajuste em janeiro

Cargos no MP do DF

» KAROLINI BANDEIRA*

O plenário do Senado aprovou, ontem, proposta que transforma cargos de técnico do Ministério Público da União (MPU) em cargos de procurador de Justiça e cargos comissionadas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Conforme o projeto, 141 cargos efetivos de técnico do MPU serão modificados para 164 cargos em comissão e oito de procurador de Justiça. O texto agora vai à sanção presidencial.

O relator do PL 813/2021, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), afirmou que as mudanças não acarretarão aumento de despesas, graças ao número reduzido de cargos para procurador. Os cargos em comissão, por sua vez, terão níveis diferentes de remuneração. “É apenas uma reestruturação interna”, disse Izalci.

O senador destacou que a modificação adapta a estrutura do MPDFT às necessidades da organização da Justiça do Distrito Federal e Territórios

De acordo com o texto do PL, os novos cargos em comissão deverão ser preenchidos, obrigatoriamente, por servidores públicos efetivos. A exclusividade foi apresentada em emenda da deputada Celina Leão (PP), relatora do projeto durante tramitação na Câmara. “Apresentamos essa emenda com o objetivo de evitar questionamentos perante o Poder Judiciário sobre a constitucionalidade dessa transformação de cargos efetivos em cargos comissionados”, afirmou a deputada. Segundo a assessoria de Izalci Lucas, não haverá concurso público para a nomeação dos procuradores.

Expectativa

Salário mínimo e aposentadorias podem ter reajuste de cerca de 10% em janeiro. Alta, porém, não significa aumento real, mas apenas reposição do poder de compra

» De acordo com estimativa do Ministério da Economia, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) terá aumento de 10,04% neste ano.

» Se a previsão for confirmada, o salário mínimo, a partir de janeiro, passará dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210,44.

» Na revisão do projeto da Lei Orçamentária (Loa) de 2022, encaminhado ao Congresso no último dia 9, o governo, no entanto, estima o novo salário mínimo em R\$ 1.210.

» As aposentadorias também serão corrigida pelo INPC. Se o índice for de 10,04%, o teto dos benefícios subirá de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.076,93.